



---

ÁREA TEMÁTICA: CIDADES, CAMPOS E TERRITÓRIOS

---

“A COMPETITIVIDADE DOS TERRITÓRIOS NUM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO: UMA UTOPIA OU UMA REALIDADE?”

---

SALVADO ALVES, António Joaquim da Fonseca

Licenciado em Direito, Pós-graduado em Economia e Políticas Públicas pelo ISCTE

Doutorando na Faculdade de Letras de Lisboa/Departamento de Geografia

aalves@dgprm.mdn.gov.pt

---

### Resumo

O presente trabalho procura analisar a problemática associada à competitividade dos territórios num contexto de globalização – uma utopia ou uma realidade? Para tal propõe-se desenvolver uma revisão (síntese) do quadro conceptual da competitividade territorial, com o objectivo de aferir a relação existente entre a globalização e a competitividade dos territórios.

A questão da competitividade territorial não está isenta de dificuldades. Subjacente à escolha do tema está a ideia que nas últimas décadas a temática da competitividade ganhou um novo impulso, realidade indissociável do desenvolvimento da globalização, passando a constituir tema recorrente em múltiplas análises, quer de investigadores, quer nos meios académicos, políticos, económicos e sociais.

A globalização induziu as condições necessárias para a ascendência de novos territórios estratégicos: as regiões e as cidades. Contudo, em reacção à globalização, a generalidade da literatura tem vindo a referir o território (a par da interacção, da proximidade e da inovação) como factor determinante do desenvolvimento regional.

Todavia, pese embora a extensa bibliografia existente, a noção de competitividade territorial está longe de obter consensos, abrindo-se assim uma janela de oportunidade no sentido de apurar argumentos. Neste sentido, partindo da premissa que os países e as empresas estão intrinsecamente dependentes da competitividade, considera-se adequado aprofundar o debate e o conhecimento em relação à competitividade dos territórios, especialmente no que diz respeito aos factores determinantes da competitividade territorial e regional.

Palavras-chave: COMPETITIVIDADE; TERRITÓRIOS; GLOBALIZAÇÃO; INOVAÇÃO; GOVERNANÇA.





## **“A COMPETITIVIDADE DOS TERRITÓRIOS NUM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO: UMA UTOPIA OU UMA REALIDADE?”**

### **1. Antecedentes**

Historicamente, os territórios assumiram desde sempre um papel determinante nas diferentes formas de organização política dos Estados e das sociedades, particularmente no que diz respeito à delimitação de fronteiras. Todavia, estabilizadas as questões fronteiriças, foi a Revolução Industrial que marcou um novo ciclo na vida dos territórios, dando origem a uma nova era urbana, materializada por um extraordinário desenvolvimento urbano, ainda que nem sempre devidamente planeado, porquanto importava então era a instalação das grandes unidades fabris. Segundo Vale (2007), sem menosprezar o período anterior à Revolução Industrial, a verdade é que o desenvolvimento urbano, tal como o conhecemos, só veio a acontecer com o processo da industrialização. A nova era urbana associada à internacionalização da economia é um tópico actual e relevante no debate científico das ciências sociais.

Em resultado da desorganização que então se assistiu, a sociedade industrial rapidamente se viu confrontada com inúmeros problemas, quer de nível ambiental quer do ponto de vista social. No início do século XX, na sequência das situações críticas então detectadas, um grupo de investigadores da Escola de Chicago iniciou uma abordagem às questões associadas ao desenvolvimento e à importância dos territórios, das regiões e das cidades no mundo contemporâneo. Posteriormente, o final da II Guerra Mundial trouxe um novo dinamismo aos territórios, materializado pelo início dos processos de descolonização, pela emergência de novos Estados soberanos e independentes e, em simultâneo, pela reconstrução das cidades europeias (Plano Marshall), muitas delas quase completamente destruídas na sequência dos múltiplos bombardeamentos a que estiveram sujeitas durante a guerra. Assistiu-se então a um confronto entre as teorias keynesianas (que preconizam uma maior intervenção dos Estados na Economia) e as teorias liberais (que defendiam o normal funcionamento dos mercados, admitindo a intervenção do Estado apenas em relação aos aspectos para os quais o mercado não daria resposta).

Após o final da II Guerra Mundial assistiu-se ao crescimento do Estado-Nação, com uma forte intervenção na Economia, particularmente com a criação do Estado-providência, ou Estado-social. A Europa viveu então cerca de “trinta anos de ouro”, com economias competitivas e em clara aproximação aos EUA. Todavia, as sucessivas crises petrolíferas da década de 1970 despertaram o mundo para uma nova realidade, facto que conduziu ao retorno das ideias neo-liberais e, conseqüentemente, à menor intervenção dos Estados na Economia. A década de 1970 marcou o início do ciclo de reformas dos Estados, designadamente ao nível das respectivas administrações públicas e dos sistemas de segurança social. Segundo Benko (1996), a partir de meados dos anos sessenta, o modelo de desenvolvimento fordista entra abertamente em crise. Os países ocidentais atravessam um período difícil nos anos 70 e 80. Muitas regiões industriais outrora prósperas passaram por graves problemas económicos, acompanhados de desemprego, que lhes acarretaram a estagnação e o declínio. As bases do processo de desenvolvimento económico regional mudaram profundamente, e um novo ponto de partida se delineia nos anos noventa. O sucesso e o crescimento das regiões industriais seriam devidos essencialmente à sua dimensão interna - desenvolvimento regional endógeno. Para Vale (2005), após a guerra, é necessário reconstruir o sistema económico e melhorar a situação social da Europa, sob a égide do Estado, que passa a orientar-se por políticas de natureza intervencionista (keynesianas).



## 2. A actualidade do tema

O final do século XX marcou o início de uma nova era. Uma nova era marcada pelo ciclo de reformas promovidas pelos Estados, pela menor intervenção destes na Economia, pelo desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e pelas modificações ocorridas na organização da produção (fim dos modelos fordista-keynesiano). Uma nova era que ficou igualmente marcada pela globalização, pela crescente internacionalização das economias e por um mercado mundial cada vez mais competitivo e globalizado. A globalização, conjugada com a menor intervenção dos Estados-Nação, a par do aumento da população urbana, trouxe não só um maior protagonismo aos territórios, como lhes atribuiu autonomias e responsabilidades acrescidas, e induziu as condições necessárias para a ascensão de novos territórios estratégicos (regiões e cidades).

Contudo, em reacção à globalização, a literatura especializada tem vindo a referir o **território (a par da interacção, da proximidade e da inovação)** como factor determinante para o desenvolvimento regional e, consequentemente, dos países. Acresce que os desenvolvimentos teóricos recentes em torno da ciência organizacional, da geografia económica e da economia regional têm defendido que a competitividade dos territórios ganhou um novo impulso, realidade indissociável do desenvolvimento da globalização, passando a constituir tema recorrente em inúmeras abordagens, quer de investigadores, quer nos meios académicos, políticos, económicos e sociais. Particularmente a partir da década de 1990, a questão da competitividade dos territórios passou a constituir preocupação dos governos mundiais, em especial na América do Norte e na Europa. Os territórios passaram a ser centros de decisão política, económica, social e ambiental.

Temos assim que, segundo Salgueiro (2002), as últimas décadas do século XX foram marcadas por importantes transformações no sistema económico com implicações territoriais nítidas. Primeiro falou-se na substituição da economia industrial pela dos serviços, depois os teóricos da Escola da Regulação apontam para uma mudança mais profunda que envolve a totalidade do modelo de desenvolvimento, com a substituição do modelo fordista-keynesiano, mais tarde surge a expressão “nova economia”. Para Lopes (2001), a problemática da competitividade, subjacente a toda a história da teoria económica desde que Adam Smith (1776) se interrogou sobre as causas da riqueza das nações, não só emergiu explicitamente nos anos 1990, como entretanto adquiriu lugar cativo nas agendas empresariais, políticas e académicas. Para Budd e Hirmis (2004), o conceito de competitividade territorial ganhou terreno nos círculos académicos, políticos e profissionais. Em particular, o conceito de competitividade urbana gerou uma extensa e importante literatura. Contudo, existe o risco da competitividade a nível territorial converter-se numa quimera conceptual no plano geográfico.

Assim sendo, pese embora a extensa bibliografia existente, a questão da competitividade dos territórios está longe de obter consensos, abrindo-se assim uma janela de oportunidade de debate e discussão no sentido de apurar argumentos.

Neste sentido, partindo da premissa que os países e as empresas estão intrinsecamente dependentes da competitividade, considera-se adequado aprofundar o debate e o conhecimento em relação à competitividade dos territórios, especialmente no que diz respeito aos factores determinantes da competitividade territorial e regional.



### 3. Algumas visões críticas

A questão da competitividade territorial não está isenta de dificuldades. Definir um conceito de competitividade territorial não é uma tarefa fácil, desde logo porque ele depende de numerosos factores e de múltiplos instrumentos e indicadores de medida. Acresce que para alguns autores, a competitividade é apenas o modo de discutir o funcionamento relativo das economias, ou seja, recorrem ao termo “competitividade” para medirem a performance das economias, na maioria das vezes utilizando como indicador de medida o nível de crescimento do PIB per capita. Intrinsecamente associada ao conceito de competitividade territorial está a abordagem conceptual. Saber se esta é apropriada para o estudo dos indicadores comparativos de um dado território por comparação com outro território constitui um dos grandes desafios e é a questão colocada por muitos dos especialistas que estudam as dinâmicas territoriais, e estamos longe de obter consensos.

Para Lopes (2001), tendo em conta que falar de competitividade territorial não está isento de ambiguidades, e ainda que o conceito de competitividade não esteja estabilizado mas que esteja implícito nas abordagens teóricas das principais escolas de pensamento económico, tendo-se vulgarizado na década de 90, competitividade territorial é a capacidade de uma dada comunidade territorial para assegurar as condições económicas do desenvolvimento sustentado. Tenho para mim que no actual conceito de competitividade estarão presentes ideias como: capacidade de inovar, concorrência e estratégia, acesso (TIC, mercados) e conhecimento (tácito e codificado).

Segundo Budd e Hirmis (2004), a competitividade territorial parece causar muitas dificuldades teóricas e conceptuais. Não sendo suficientemente claro o que é e o que não é competitividade, pode tudo terminar numa confusão. Um pouco como a globalização, a repetição do termo “competitividade” produz muito calor mas pouca luz. A competitividade tornou-se num termo genérico, aplicado extensamente a uma variedade de negócios e circunstâncias económicas. Consequentemente, significa coisas diferentes para pessoas diferentes.

A importância dos territórios num mundo globalizado e cada vez mais competitivo é vista segundo várias perspectivas. Em primeiro lugar haverá que distinguir duas visões historicamente antagónicas: as **teorias (neo) liberais** e as **teorias keynesianas** (intervencionistas). As teorias neo-liberais refutam a maior intervenção do poder estatal na economia, reduzindo as políticas de desenvolvimento do território à competitividade, enquanto que as teorias keynesianas preconizam uma maior intervenção do Estado-Nação na formulação das políticas de desenvolvimento territorial.

Em segundo lugar, tradicionalmente, a temática da competitividade territorial está associada a duas outras correntes: de um lado, os autores (liberais) que defendem que os territórios (regiões e cidades) não competem entre si, porquanto a competição está restringida apenas às empresas instaladas nos territórios, com o argumento genérico de que os territórios não entram em falência, ao passo que as empresas, se não conseguirem ser competitivas, correm o risco de falirem. Do outro lado estão as teorias que conferem especial ênfase à competitividade dos territórios, reconhecendo que estes estão perante uma nova oportunidade, um novo desafio, porque passaram a ser os motores do desenvolvimento e do crescimento económico. A competitividade dos territórios depende da sua capacidade de inovar.

Mas que significa a competitividade nacional? Segundo Krugman (site oficial do autor), quanto à ideia de que as nações competem umas com as outras, **não**, porque ao contrário das empresas, as nações não



podem abrir falência e os seus “empregados” (cidadãos) compram e vendem entre si. Krugman (1994) defende que as empresas têm características específicas nas suas formas de actuar e de se organizarem pelo que os conceitos económicos que se lhes aplicam não são adequados para avaliar o desempenho das regiões. Defende que, ao contrário das empresas, as regiões não entram em bancarrota e não são eliminadas do mercado, pelo que **o conceito de “competitividade regional” é um conceito vazio e sem sentido**. Camagni, citado por Pires (2007), contra-argumenta que, quando uma região não tem capacidade para atrair investimentos e capital humano fica numa situação semelhante à de uma empresa sem sucesso.

Algo crítico em relação à competitividade dos territórios é Porter (1994). Segundo este autor, como são as empresas que competem e não os países, a produtividade depende da sofisticação com que as empresas competem, daí que elevados níveis de produtividade são obtidos quando as empresas alcançam níveis sempre crescentes de aptidões e tecnologia. Segundo Porter, a produtividade não depende tanto das indústrias em que um país compete, mas do modo como competem as empresas nessas indústrias. Nem a elevada competitividade está restringida a indústrias de “alta tecnologia”, podendo igualmente ser obtida em sectores industriais e em serviços. O objectivo deverá passar pela criação e melhoria contínua de aptidões e tecnologias sofisticadas que, por sua vez, reforçarão a produtividade e, conseqüentemente, permitirão alcançar resultados desejáveis, como a criação de empregos atractivos.

Igualmente críticos no que diz respeito à competitividade dos territórios são Budd e Hirmis (2004). Para estes especialistas, o principal problema radica nos autores e nos organismos territoriais que aspiram a posicionar e a manter a polivalência das regiões e sub-regiões tomando como referência um conjunto de medidas e de indicadores que são conceptualmente duvidosos e sem muito fundamento empírico.

Para Budd (1998), há um perigo que a competição territorial seja tanto uma abstracção quanto a globalização, e que da sua aplicação às políticas regionais resultem distorções no desenvolvimento económico. Sem uma análise consistente e concreta, a política urbana pode ser distorcida, privilegiando determinados sectores económicos com prejuízo de outros. A prescrição de más políticas, em resultado de análises mal efectuadas, tem efeitos reais através da provisão de infra-estruturas, estudos e pesquisas, e iniciativas impróprias ao desenvolvimento territorial.

Para Budd (1998), a globalização é um processo rudimentar e incompleto. O que é reivindicado frequentemente como globalização é realmente um resultado da internacionalização. A transnacionalização de muitas actividades económicas realçou as posições das cidades-regiões. A globalização pode parecer incerta e incompleta, mas as cidades-regiões podem aproveitar-se dos processos internacionais a fim de manter e aumentar as suas vantagens e especializações comparativas das suas actividades. A competitividade territorial parece ser um fenómeno mais concreto. A globalização tornou-se num conceito elegante mas, tal como muitas categorias analíticas usadas recentemente para avaliar as mudanças económicas e sociais, é uma noção contestada. O problema existe porque o que tem realmente constituído a globalização é variável em função das diferentes disciplinas. A competitividade territorial parece ser mais directa, implicando um formulário concreto do comportamento que ocorre, em particular em espaços geográficos.

Ainda segundo Budd (1995), os debates sobre a globalização, as finanças globais e as cidades globais parecem confundir mudanças globais e internacionais. Budd faz uma avaliação céptica da globalização e pergunta se uma economia globalizada é realmente uma economia internacionalizada? O culto da ideia da economia global é difícil de distinguir da economia internacional. A estabilidade dos locais e das cidades é



aparentemente incerta, especialmente numa era em que diminuiu a regulação económica dos Estados-Nação. A globalização é um processo incompleto, especialmente na esfera das relações económicas, e não pode ser divorciada do desenvolvimento dos territórios. No coração da globalização está a compressão do tempo e do espaço, e a base das vantagens competitivas dos centros financeiros globais reside nas economias de aglomeração.

Um outro autor crítico em relação à competitividade dos territórios é Kitson (2004). A introdução da competitividade territorial é assim como que um debate teórico, empírico e político. Numa era de indicadores e de classificações de desempenho é talvez inevitável que as regiões e as cidades sejam comparadas umas com as outras em termos do seu desempenho económico. Adoptando a desaprovação de Krugman relativamente à ideia da concorrência nacional, é no melhor dos casos potencialmente enganador e no pior dos casos positivamente perigoso ver regiões e cidades como competindo sobre partes do mercado. Isto não é negar a importância da competitividade. Importante é distinguir concorrência de competição.

#### 4. A competitividade dos territórios e a globalização

Deixando de lado as visões que refutam a existência de uma competitividade dos territórios, entre os autores que lhe dão especial ênfase é consensual a ideia da importância dos territórios no mundo contemporâneo, particularmente numa altura em que mais de metade da população mundial vive em cidades, realidade decisiva para a formulação de políticas de desenvolvimento territorial.

Segundo Costa (2005), é hoje um lugar comum falar-se de competitividade de territórios a par de competitividade das empresas. Será que são as empresas que são competitivas ou os territórios também são competitivos? Para os cientistas regionais é hoje consensual que os territórios são um importante factor de competitividade. Não só foi desenvolvido um corpo teórico sólido para explicar a competitividade dos territórios como também tem vindo a ser produzida evidência empírica nesse sentido.

Consensual é igualmente a ideia que os territórios estão em mudança, estão perante novas dinâmicas territoriais. Face à globalização, não são mais os países que competem entre si, mas sim os territórios. A estes está-lhes reservado um novo protagonismo na economia global contemporânea, daí que seja imperioso que sejam claramente definidas as novas **formas de governança** para que os territórios sejam capazes de dar resposta aos desafios impostos da globalização.

Segundo Porter (1994), há um novo paradigma para a competitividade - o antigo paradigma sofreu alterações ao longo das últimas décadas: a competitividade já não se baseia no custo dos factores de produção, tais como a mão-de-obra e as matérias-primas, sendo vencedora a empresa com mais baixo custo. Para Maillat (2002), as vantagens comparativas dos territórios não assentam mais no custo dos factores de produção tradicionais. Actualmente, as regiões estão confrontadas com uma nova realidade e com novos factores competitivos, até agora inexistentes.

A competitividade assente exclusivamente nos recursos naturais e na mão-de-obra barata (baixa qualificação) é um processo esgotado, porquanto, ainda que continuem a ter um papel importante para a economia mundial, a globalização trouxe consigo novos factores competitivos. Com a globalização, passou-se de um paradigma de competitividade assente na minimização dos custos de produção para um novo paradigma assente na maximização das margens de lucro. Agora, as empresas estão centradas na inovação, na qualidade e nos recursos humanos qualificados, e na capacidade de introduzirem





diferenciação nos produtos e de responderem de forma rápida (quando não antecipada) às necessidades do mercado.

Stiglitz (2004), Prémio Nobel da Economia em 2001, interroga-se porque motivo é que a globalização, uma força que foi tão benéfica, se tornou tão controversa? A globalização pode ser uma força benéfica e ter potencialidades para enriquecer toda a população mundial. O modo como a globalização tem sido orientada tem de ser radicalmente repensado. Nas políticas impostas no âmbito da globalização aos países em desenvolvimento, verifiquei que muitas vezes se tomavam decisões ditadas pela ideologia e pela política. Consequentemente, foram cometidos muitos erros, actos que não resolveram os problemas, mas que serviram os interesses ou as convicções de quem estava no poder. Segundo Maillat (2002), a análises do fenómeno da globalização levam a dois tipos de conclusões opostos: por um lado a globalização da actividade económica compromete a autonomia e identidade das regiões e das nações, e por outro faz emergir o **quadro local**, valorizando-o, porque é a este nível que as formas de organização produtiva ancoradas no território e inseridas na escala global são colocadas no lugar. Nesta perspectiva, o local subentende o global, através de um processo de territorialização.

Na economia global contemporânea, os territórios terão de ser capazes de aproveitar as oportunidades económicas resultantes da globalização e de encontrar respostas para as suas populações, promovendo o bem-estar social, o pleno emprego, a coesão social e garantir a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. A competitividade assume actualmente um papel determinante para o futuro dos territórios. Partindo desta premissa, a competitividade territorial tem hoje pela frente novos desafios. Desde logo porque o processo de globalização em curso é incontornável, dinâmico e complexo, mas simultaneamente objectivo. Apurar o modo e os factores que contribuem decisivamente para o crescimento económico dos territórios é o próximo desafio dos investigadores. A globalização alterou as condições da competitividade das empresas, porque faz da qualidade do território um factor determinante da competitividade das empresas, daí que exista uma evidente relação entre a competitividade das empresas e a competitividade dos territórios.

Neste sentido, a competitividade dos territórios alterou-se em quatro vertentes: em primeiro lugar, a competitividade das empresas faz-se à escala global, com outros territórios e regiões que tenham um padrão de concorrência idêntico; em segundo lugar, a competitividade entre empresas faz crescer a inovação; em terceiro lugar, a inovação é fruto da dinâmica da informação cruzada entre o conhecimento codificado (disponível) e o conhecimento tácito (aquilo que faz parte e que está dentro da própria empresa), mas há uma parte do **conhecimento tácito** (a mais relevante) que está fora da empresa, inserida no tecido social e económico da região; em último lugar, a globalização dos mercados e a intensificação da concorrência aumentam não só a capacidade organizacional do território para vender aquilo que se produz, como potência a dinâmica da região com vista à sua inserção no mercado global, razão pela qual a capacidade organizativa é um factor crítico nos territórios e regiões em que existe um número elevado de PME, de que é exemplo o tecido empresarial português.

## 5. Os novos factores aportados pela globalização: conhecimento e inovação

Na actualidade, as regiões para serem competitivas e conseguirem assim atrair empresas e capital terão de apostar na conjugação dos factores tradicionais (recursos naturais e na mão-de-obra) com os factores aportados pela globalização (**conhecimento e inovação**). Da conjugação destes factores nasce o novo modelo de competitividade dos territórios. Estes terão de passar a apostar no que têm de específico, que não seja facilmente transmissível para as outras regiões, abandonando a tradicional diferenciação territorial do mercado assente no factor crítico da distância.





Para Benz e Fürst (2002), a competitividade das regiões é determinada pela sua habilidade de organizar “processos de aprendizagem endógenos” e de criar as estruturas favoráveis à transferência para a aprendizagem da política. Toda a estratégia do desenvolvimento regional deve visar melhorar as capacidades de aprendizagem da região, sendo que a aprendizagem da política regional é determinada principalmente através das **redes**, não tanto pelas instituições promotoras. A capacidade de aprender de uma região depende da existência prévia de estruturas das **redes**, porque a **inovação cognitiva** está a aumentar e porque há uma maior e melhor variedade de actores competentes que podem e devem participar com direitos iguais e maior intensidade nos seus relacionamentos com o mundo exterior.

Para Maillat (2002), a **inovação** é um processo de integração de elementos que determinam e favorecem a dinâmica e transformação do processo do sistema territorial de produção. O **meio inovador** é a organização territorial onde nascem os processos de inovação. O autor define o meio inovador como um conjunto territorial no qual as interações entre os agentes económicos desenvolvem-se não só pela aprendizagem que fazem das transacções multilaterais geradoras de externalidades específicas à inovação, como pela convergência das aprendizagens para formas cada vez mais aperfeiçoadas de gestão em comum dos recursos, caracterizando-se assim pela integração de dinâmicas endógenas e de mudanças provenientes do exterior.

Para Oerlemans e Meeus (2005), o segredo da **inovação** consiste na capacidade de produzir novos produtos e serviços e que é importante que estes assentem na diferenciação (legitimada) e que possam ser absorvidos pelos mercados (o sucesso das empresas inovadoras depende dos compradores), ao mesmo tempo que conclui que as empresas beneficiam dos processos de inovação, apresentado melhores resultados, visíveis pelos níveis de crescimento das vendas e do emprego. A inovação, para além de estimulante, proporciona o crescimento económico das empresas e conseqüentemente das pessoas e das regiões.

Segundo Tidd (2003), estudos ao nível da gestão confirmam que as empresas que são capazes de usar a **inovação** para melhorar os seus processos ou diferenciar os seus produtos e serviços, têm um melhor desempenho, medido através da quota de mercado, da rentabilidade, do crescimento e da capitalização de mercado. A maior parte das novas tecnologias falham quando se pretende utilizá-las em produtos e serviços, e a maior parte dos novos produtos e serviços não são sucessos comerciais. A ideia base consiste em que a **inovação** pode realçar a competitividade, mas requer um outro conjunto de recursos/meios. Inovar não é fácil...mas é imperativo, a questão não é se vale ou não a pena inovar, mas sim como fazê-lo com sucesso, porquanto já nem a empresa regional consegue estar isolada.

Christensen e Drejer (2005), a propósito da **importância estratégica do local** e das decisões e seus efeitos ao nível da inovação e aquisição de conhecimento, defendem que a localização das empresas não é sempre determinada exclusivamente em cálculos económicos, simples e directos, nem apenas nas infra-estruturas. Tal como não é relevante o tamanho da cidade ou o tipo de empresa quando estão em causa produtos ou processos novos (são importantes sim em termos de inovação da própria empresa). Associado às questões colocadas pelos autores surge um tema interessante – o **conhecimento “pegajoso”**, no sentido de que é embutido na região, está armazenado nas pessoas, que em troca estão relativamente imóveis, pessoas essas que são o suporte das regiões e estas, ao atraírem pessoas, conseguem atrair igualmente as empresas, porque estas são crescentemente dependentes da criatividade dos empregados. Concluem que o conhecimento e a criatividade embutidos nas pessoas constituem factor decisivo para as



regiões. Relativamente à **inovação**, Christensen e Drejer (2005) destacam que a generalidade da literatura enfatiza o facto de capital, produção e informação serem caracterizados por uma grande mobilidade mas, pese embora as melhorias havidas ao nível das tecnologias da comunicação, que permitem reduzir distâncias através de um rápido acesso à informação, há no entanto parte desta que não é transmissível – o **conhecimento tácito**, do qual a competitividade das empresas depende cada vez mais. Mas o conhecimento tácito, localmente disponível (nos empregados locais), não só não é transmissível como é produzido na própria região, embutido nas pessoas, desenvolvido e estimulado através dos contactos pessoais e da interacção face-a-face. O conhecimento local assenta assim em relações de confiança, aprendendo novos processos e na troca mútua de conhecimentos e experiências. Contudo, além da importância da interacção local, os autores destacam igualmente a relevância da troca de conhecimentos (“sourcing”) para a inovação de processos, **para além da região**, porque é importante que as empresas locais tenham capacidade de absorver e usar conhecimento novo, desenvolvido fora da região.

Para Becattini e Rullani (1995), qualquer sistema local digno deste nome realiza uma integração do **conhecimento explícito (codificado)** e do **conhecimento tácito (contextual)**. Este, como aliás o conhecimento codificado, não se produz no espírito dum só indivíduo, mas sim no conjunto interactivo dos vários membros dum determinado grupo. Neste caso, dos membros dum sistema produtivo local. Os autores consideram que os sistemas locais são organismos de formação lenta e difícil, e perante as pressões competitivas provocadas pela globalização dos mercados, correm o perigo de se desintegrarem e extinguirem. A desintegração dum sistema local é uma perda irreparável para um país. Becattini e Rullani propõem uma visão metodológica assente no sistema produtivo local como produtor de **conhecimento novo**. A metodologia proposta colhe a interacção entre o local e o global e permite uma estratégia de investigação sócio-económica bastante diferente da geralmente adoptada pelos especialistas, isto é, com um significado prático evidente: os sistemas locais são os verdadeiros recursos críticos duma economia nacional e como tal só a sua identificação e consideração pode garantir uma política industrial racional e sistemática.

Ricardo Mendez (2002) procura demonstrar a relevância que a **inovação** tem actualmente na temática ligada ao desenvolvimento territorial e local, considerando que ao longo das últimas décadas o conceito de inovação tem vindo a ser cada vez mais utilizado em diversos domínios, e em certa medida algo banalizado, utilizado como mera referência ideológica, como acontece com outros conceitos, tais como desenvolvimento sustentável, coesão e equidade. Não obstante, consolidou-se a ideia que um esforço de inovação sustentado, entendido como a capacidade de gerar e incorporar conhecimento para dar respostas criativas aos problemas, resulta hoje num factor chave para melhorar a competitividade das empresas e favorece o desenvolvimento dos territórios, não só em termos de crescimento económico, mas sim numa perspectiva integrada.

Para Mendez, a presença de formas de inovação social e institucional devem ter um reflexo no território inovador, caracterizado por quatro componentes: **criação de um clima social** (que combata a inércia, que faça as pessoas acreditar); **existência de redes locais de cooperação** (aproveitando o capital sinérgico resultante dos contactos formais e/ou informais); **presença de instituições públicas** (potenciando territórios com projectos), locais e regionais; e **melhor formação dos recursos humanos**, isto é, dos “saberes fazeres locais”. E o debate sobre a importância dos factores externos ou internos da empresa para explicar o comportamento das empresas mais ou menos inovadoras tem uma certa componente de artificialidade, porque é inegável que ambas as dimensões (a organizativa e a espacial) só influenciam de forma conjunta e complementam-se. Assim, dentro das grandes empresas há uma maior capacidade para gerar inovação em função da sua grandeza e organização interna, enquanto que a pequena empresa, fruto das suas imitações para inovar de forma isolada, é mais dependente da **rede de relações** para avançar para a inovação.



## 6. Conclusões

Pese embora a extensa bibliografia existente, a questão da competitividade dos territórios está longe de obter consensos. A globalização, ainda que banalizada para alguns autores, está efectivamente a promover alterações radicais, designadamente ao nível da economia, alterando sistemas económicos e sociais. Em reacção à globalização, a literatura especializada tem vindo a referir o **território (a par da interacção, da proximidade e da inovação)** como factor determinante para o desenvolvimento regional. Acresce que os desenvolvimentos teóricos recentes em torno da ciência organizacional, da geografia económica e da economia regional têm defendido que a competitividade dos territórios ganhou um novo impulso, realidade indissociável do desenvolvimento da globalização.

Deixando de lado as visões que refutam a existência de uma competitividade dos territórios, não só porque entretanto foi desenvolvido um corpo teórico sólido que a explica, como também porque tem vindo a ser produzida evidência empírica nesse sentido, aos territórios está-lhes reservado um novo protagonismo na economia global contemporânea. Daí que seja imperioso que sejam claramente definidas as novas formas de **governança** para que os territórios sejam capazes de dar resposta aos desafios impostos pela globalização. Atenta a sua importância enquanto factor determinante para a competitividade dos territórios e das regiões, importa destacar o papel do Estado, seja ao nível do poder central, seja ao nível do poder local. Ambos têm um papel a desempenhar ao nível de três paradigmas, a saber: **valorizando o que são os atributos específicos do território; garantir a coerência da dinâmica organizacional do tecido empresarial e fortalecer a capacidade de inovação do tecido empresarial.**

Ainda que o conceito de competitividade não esteja estabilizado, e que importa saber se a abordagem conceptual é a apropriada, é hoje consensual que os territórios são um importante factor de competitividade. Na actualidade a competitividade já não se baseia exclusivamente no custo dos factores de produção tradicionais (mão-de-obra e matérias-primas), desde logo porque os territórios estão confrontadas com uma nova realidade, i.e., com factores competitivos até agora inexistentes, aportados pela globalização (**conhecimento e inovação**). No futuro, os territórios terão de apostar na conjugação dos factores tradicionais com os novos factores. Da conjugação de ambos nascerá o novo modelo de competitividade dos territórios.

Como refere Mendez, há que criar um clima social que combata a inércia e que faça as pessoas acreditar, apostando na formação dos recursos humanos, aproveitando os “saberes fazeres locais”, únicos e não repetíveis fora das regiões.

Tal como há que continuar a apostar no local, não tanto numa perspectiva clássica assente nos custos de produção e na existência de infra-estruturas, mas sim em resultado da capacidade de inovação das regiões, i.e., a proximidade geográfica mantém a sua importância, mas agora centrada num novo paradigma - o da **inovação**. No momento em que as empresas decidem a localização, **a capacidade de inovar das regiões é hoje em dia um factor determinante**, porque dela depende, cada vez mais, a competitividade das empresas e subsequentemente, favorece o desenvolvimento dos territórios e das próprias regiões.

O processo de inovação é um processo aberto, **em que participam todos os actores, numa relação de confiança**, numa permuta entre o local, as instituições as pessoas e as tecnologia (**redes**), valorizando os recursos **endógenos**, promovendo o **conhecimento, tácito e codificado**, não descurando, de todo, as



potencialidades **exógenas**, através de contactos com o exterior das regiões, essenciais à região para obter **conhecimento novo**, importante para a inovação.

Identificados os novos desafios da política regional, urge pois partir para acção, tomar medidas que adaptem as instituições, públicas e privadas, nacionais e regionais, potenciando a competitividade e a produtividade das empresas, e consequentemente das regiões e do país. Mas tal só será alcançado através do desenvolvimento de políticas inovadoras, apoiadas em redes de conhecimento. E ainda que os sistemas locais sejam de facto de formação lenta, especialmente quando confrontados com a pressão e a velocidade da globalização, mais premente se torna a acção, sob pena da (continuada) desertificação das regiões e da desintegração dos sistemas locais de produção, que constituirá, como referem Becattini e Rullani, uma perda irreparável para os países. Este é o desafio do futuro.

Finalmente, estando ainda por comprovar que a competitividade seja um factor determinante para o desenvolvimento regional, na actualidade, cabe às regiões apostar nos factores competitivos tradicionais, em conjugação com os novos factores aportados pela globalização (**conhecimento e inovação**), apostando nos factores **endógenos**, mas não escamoteando a importância dos factores **exógenos**. A competitividade territorial, ao contrário da posição até agora defendida pela doutrina, não assenta na competitividade com outras regiões, mas antes na **cooperação** entre si, com vista ao fortalecimento das empresas à escala global. **Deixou de haver uma lógica de escala nula** (o que uns ganham os outros perdem), porque agora a solução passa pelo reforço de cada território ou região, em regime de complementaridade, em que o vizinho deixa de ser visto como um “inimigo” para passar a ser a “parceiro”. **Apurar o modo e os factores que contribuem decisivamente para a competitividade (leia-se crescimento) económico dos territórios é o próximo desafio dos investigadores. Para que não estejamos perante uma utopia, mas antes face a uma realidade. Este, sim, é o desafio do futuro.**

## 7. Bibliografia

- BECATTINI, G. e RULLANI, E. (1995) “Sistema local e mercado global”, *Notas&Económicas*, nº 6, 6-21
- BENKO, G. (1996) “Economia, Espaço e Globalização”, Editora HUCITEC
- BENKO, G. (1999) “A Ciência Regional”, Oeiras, Celta Editora
- BENZ, A.& FURST, D. (2002) “Policy Learning in Regional Networks”, *European Urban and Regional Studies*, nº 9 (1), 21-35
- BUDD, L. e HIRMIS, Amer K. (2004) “Conceptual Framework for Regional Competitiveness”, *Regional Studies*, Vol. 38 (9), 1015–1028
- BUDD, L. (1998) “Territorial competition and globalisation: Scylla and Charbydis of European Cities”, *Urban Studies* nº 35, 663–686
- BUDD, L. (1995) “Globalisation, Territory and Strategic Alliances in Different Financial Centres”, *Urban Studies*, Vol. 32, nº. 2, 345-360



- COSTA, J. Silva (2005) “Compêndio de Economia Regional” (2ª edição), APDR, Coimbra
- CAMAGNI, R. (2002) “On the concept of territorial competitiveness : sound or misleading?”, *Urban Studies* vol.39-13, 2395-2411
- CAMAGNI, R. (2002-a) «Compétitivité Territoriale, milieux locaux et apprentissage collectif», *RERU*, N° 4, 553-578
- CHRISTENSEN, J. & DREJER, I. (2005) “The strategic importance of location: location decision and the effects of firm location on Innovation and knowledge acquisition”, *European Planning Studies*, v13-6, 807-14
- KITSON, M. (2004), MARTIN, R. e TYLER, P. “Regional Competitiveness: An Elusive yet Key Concept?” *Regional Studies*, Vol. 38.9, 991:999
- KRUGMAN, P. (1994) “Competitiveness: a dangerous obsession”, *Foreign Affairs* 74 (2) March/April, 28:44
- KRUGMAN, P. (1996) “Pop Internationalism”, Capítulo I: “Competitiveness: a dangerous obsession”, MIT Press, Londres, 3:23
- LOPES, Raul (2001) “Competitividade, Inovação e Territórios”, Celta Editora
- MAILLAT, D. (2002) “Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção”, *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Vol.3, N° 4, 9:162
- MAILLAT, D. (1995) « Milieux innovateurs et nouvelle générations de politiques régionales», in Ferrão, J. (coord) *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Ed. ICS
- MENDEZ, R. (2002) “Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes”, *EURE*, vol.28, nº 84, 63-83
- OERLEMANS, L & MEEUS, M. (2005) “Do organizational and spatial proximity impact on firm performance? *Regional Studies*, 39-1, 89-104
- PIRES, Iva (2007) “Geophilia – O sentir e os sentidos da Geografia”, (Homenagem a Jorge Gaspar), *CEG*, 433:448
- PORTER, M. (1994) Relatório Porter - “Construir as vantagens competitivas de Portugal”, Monitor Company, Edição do Fórum para a Competitividade
- PORTER M. (1998) “The Competitive Advantage of Nations”, Macmillan, London.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2002); Coord., RODRIGUES, Duarte, CACHINHO, Herculano, PEREIRA, Margarida, FEIO, Paulo Areosa e GEORGE, Pedro, “*Lisboa e os Desafios da Nova Economia*”, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Estudos de Geografia Humana e Regional nº 44
- STIGLITZ, Joseph E.(2004) “Globalização, A Grande Desilusão”, 3ª edição, Terramar
- TIDD, J. (2003); BESSANT, J. e PAVITT, K. “Gestão da Inovação – Integração das Mudanças Tecnológicas, de Mercado e Organizacionais”, Monitor
- VALE, Mário, (2000) “Território e competitividade. Uma perspectiva geográfica do processo de internacionalização do sector cerâmico”, de Paulo Areosa Feio, *Análise Social*, nº 153, Vol. XXXIV, Edição Colibri
- VALE, Mário, (2005) “Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional (Programada da Disciplina), EPRU (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano N° 63); CEG (Centro de Estudos Geográficos), Universidade de Lisboa



- VALE, Mário, (2007), “Geophilia – O sentir e os sentidos da Geografia”, (Homenagem a Jorge Gaspar), CEG, 465:474